

PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEISⁱ

EDUARDO MARINHO JORGE

Universidade Federal do Rio de Janeiro

PRISCYLA DE MOURA LOPES FURTADO

Universidade Federal do Rio de Janeiro

MONICA ZAIDAN GOMES

Universidade Federal do Rio de Janeiro

JOSÉ RICARDO MAIA DE SIQUEIRA

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

O objetivo deste estudo é mapear e analisar a produção de teses e dissertações sobre Pessoas com Deficiências (PcD), elaboradas nos programas de pós-graduação de Ciências Contábeis e Administração da Região Sudeste do Brasil. O estudo se classifica como descritivo e bibliométrico. A amostra foi composta por documentos buscados nos portais da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, além de pesquisas feitas nos repositórios de todas as Instituições de Ensino Superior (IES) da região sudeste do Brasil listadas pela plataforma Sucupira CAPES em 2025. As buscas foram realizadas por meio da combinação de 10 termos de busca: “ciências contábeis”, “contabilidade”, “administração”, “pessoas com deficiência”, “deficiência”, “PcD”, “portador de deficiência”, “aluno com deficiência”, “deficiente”, “inclusão”. Foram encontrados 126 estudos, sendo oito Teses e 118 Dissertações. Os resultados foram estruturados tendo como base, autor, programa, IES, Estado, Orientador, Ano e o Tipo de estudo, isto é, Tese ou Dissertação, e Categorias Temáticas dos estudos. São Paulo destacou-se com 41 estudos publicados. A Fundação Getúlio Vargas de São Paulo teve maior número de estudos, 17 no total. Os programas de administração tiveram mais estudos. No que se refere aos temas e as palavras-chave das teses e dissertações, “Trabalho” é a categoria com mais ocorrência. Esta pesquisa pode incentivar novos estudos, contribuindo para evidenciar a importância do tema e fomentar a inclusão social das PcD na sociedade.

Palavras chave: Pessoa com Deficiência, Teses e Dissertações, Inclusão, Programas de Pós-Graduação em Administração e Ciências Contábeis, Bibliometria.

1. Introdução

Cerca de 16% da população do mundo tem alguma deficiência e essa quantidade está crescendo por causa do aumento de doenças crônicas não transmissíveis e da expectativa de vida mais longa (*World Health Organization*, 2023). No Brasil, os resultados preliminares da amostra do censo demográfico de 2022, apontam que cerca de 7,3% do total da população eram Pessoas com Deficiência (PcD), atingindo 14,4 milhões de pessoas de dois anos ou mais (IBGE, 2025).

Os modelos teóricos de deficiência permitem o entendimento sobre a deficiência. Eles são o médico, o social e o Biopsicossocial. O modelo médico compreendeu a deficiência pelo

fenômeno biológico (Foresti; Bousfield, 2022). O modelo social, explicou a deficiência como uma construção social (Spineli, 2024). O modelo biopsicossocial integra enfoques dos dois modelos e se tornou uma obrigação legal a partir da vigência de legislações como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (Moraes et al., 2024).

No que se refere as Pessoas com Deficiência (PcD), os direitos constitucionais no Brasil não têm sido efetivados, por questões de políticas públicas e por falta de recursos financeiros públicos (Moraes et al., 2024). Isso mostra que é necessário refletir e discutir sobre uma efetiva inclusão das PcD na sociedade, em especialmente nas instituições de ensino e no mercado de trabalho.

Quanto aos direitos das PcD relativos à educação, a Constituição de 1988 estabeleceu que deve haver igualdade de condições para acesso e permanência nas escolas (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). Isso inclui as PcD. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), diz que o Estado deve garantir educação especial gratuita às PcD (Lei n. 9.394, 1996). O Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI) fala que a educação é direito das PcD, e que deve ser garantido um sistema educacional inclusivo (Lei n. 13.146, 2015). A Lei de Inclusão na Educação superior dispõe sobre a garantia de vagas para PcD (Lei n. 13.409, 2016).

Quanto aos direitos das PcD no mercado de trabalho, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) veda atos discriminatórios no que diz respeito às PcD. A lei de Cotas para PcD diz que elas devem ocupar de 2% a 5% do quadro de colaboradores de uma empresa que tenha 100 ou mais funcionários (Lei n. 8.213, 1991).

A necessidade de pensar em proteção para PcD implica algo mais amplo, que não fique apenas no aspecto jurídico (Fialho et al., 2017). O tema inclusão das PcD requer reflexões e discussões, especialmente nas pesquisas acadêmicas.

Neste sentido, há estudos bibliométricos que apresentam panoramas das pesquisas acadêmicas relativos às PcD, a citar, Medrado e Passos (2024); Shahidi-Hamedani et al. (2024); Kumari e Lenka (2025) e; Wider et al. (2025).

Levando em conta o exposto, o presente estudo buscou responder o seguinte questionamento: Quais são as teses e dissertações em Contabilidade e Administração, publicadas no Sudeste do Brasil, acerca do tema ‘Pessoas com Deficiência’? O objetivo da pesquisa é mapear e analisar a produção de teses e dissertações sobre Pessoas com Deficiências (PcD), elaboradas nos programas de pós-graduação de Ciências Contábeis e Administração da Região Sudeste do Brasil.

Segundo a plataforma Sucupira CAPES, em janeiro de 2021, existiam 192 programas de pós-graduação na grande área Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; 90 deles estão na região Sudeste, o que representa 46,9% dos programas, indicando a importância da produção científica dessa região para a área. (Sucupira CAPES, 2021)

A reflexão sobre a produção do conhecimento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* de Administração e Contabilidade visa auxiliar no direcionamento das pesquisas e incentivar novos estudos, contribuindo para evidenciar cada vez mais a importância do tema e, fomentar a inclusão social das PcD na sociedade.

2. Revisão da Literatura

2.1 Pessoas com Deficiência

Pessoas com Deficiência são aquelas que possuem “impedimento de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o que, em interação com uma ou mais

barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Ministério da Saúde, 2025).

O relatório *Global Disability Inclusion* aponta que a exclusão das PcD tem consequências econômicas significativas, citando que o subemprego de PcD custa até 7% do Produto Interno Bruto (PIB) em países de baixa e média renda (Global Disability Summit, 2025).

O entendimento sobre a deficiência pode ser obtido pelos modelos teóricos de deficiência, os quais são o médico, o social e o Biopsicossocial. De acordo com Foresti e Bousfield (2022) o modelo médico evidenciou a ligação entre deficiência e o sistema medicinal. Passou-se a compreender a deficiência pelo fenômeno biológico. A deficiência foi entendida como doença que necessita ser curada e passou a ser definida com base em normas. O modelo ganhou muitas críticas por ser capacitista e restrito (Foresti; Bousfield, 2022).

O modelo social, conforme Spinieli (2024), surgiu com o sociólogo e pessoa com deficiência Paul Hunt entre 1960 e 1970. A ideia do modelo era alcançar a igualdade para as PcD, sendo desenvolvidas medidas de compensação. A deficiência era explicada como uma construção social. O foco é na sociedade, e não no indivíduo com sua deficiência, sendo esta vista apenas como uma diferença entre as variações do ser humano. O ponto central do modelo é a análise das exclusões sociais das PcD, causadas pelas discriminações e barreiras sociais (Spinieli, 2024).

Os modelos médico e social são dicotômicos, segundo Moraes et al. (2024), sendo que no primeiro a deficiência é compreendida somente como um déficit individual e no segundo a deficiência é apenas um construto social. Essa dicotomia gerou um longo debate, assim surgiram vários modelos no âmbito internacional. No Brasil, o modelo biopsicossocial se mostrou mais relevante, e ele integra a ideia dos dois modelos, isto é, uma abordagem interacionista. A criação do modelo é geralmente atribuída ao médico George L. Engel no ano de 1977 (Moraes et al., 2024).

O modelo Biopsicossocial foi incorporado em 2001 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e foi baseado na nova Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). O foco não é mais na perda de alguma função do corpo do indivíduo, mas sim na capacidade que ele tem para fazer uma atividade em seu ambiente (Mota; Bousquat, 2022).

O modelo não busca definir se uma pessoa é normal ou incapaz, mas olha o indivíduo como tendo capacidade ou incapacidade conforme seu contexto. Ademais, o centro não é o corpo, mas sim o entrosamento entre funções do corpo, saúde, aspectos pessoais e ambientais e, participação social. Neste modelo há o entendimento que todos os indivíduos são suscetíveis de possuir algum grau de incapacidade e deficiência (Mota; Bousquat, 2022).

Na esfera legal, em 2007 foi aprovada a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pela Organização das Nações Unidas (ONU), sendo ratificada no Brasil em 2009 como emenda constitucional. Em 2015 a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) regulamentou a Convenção. Com a LBI em vigor, o modelo biopsicossocial se tornou uma obrigação legal para conceder benefícios sociais (Moraes et al., 2024).

O Brasil tem reconhecido as PcD como cidadãs e tem aceitado seu dever de assegurar os direitos constitucionais das mesmas. Mas, o acesso a esses direitos tem sido negado, seja pela jornada entre políticas públicas, com ideias de avaliação e parâmetros diferentes, ou pela falta de recursos financeiros públicos que priorizem os auxílios (Moraes et al., 2024). Isso demonstra que é necessário refletir e discutir sobre uma inclusão concreta das PcD na sociedade, especialmente no sistema educacional e no mercado de trabalho.

2.2. Inclusão da pessoa com deficiência no sistema educacional e no mercado de trabalho

No Brasil, no que se refere aos direitos das PcD no sistema educacional, a Constituição de 1988 estabeleceu no artigo 205 que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família. No inciso I do artigo 206 estabeleceu que deve haver “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). Isso significa que as PcD tem direitos a todos esses itens da lei.

A Lei n. 9.394 de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), diz no capítulo III, artigo 4, inciso III, que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (Lei n. 9.394, 1996).

Como já citada, a Lei n. 13.146 de 2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI), no capítulo 4, fala sobre o direito à Educação. O artigo 27 diz que a educação é direito das PcD, e que deve ser garantida a inclusão no sistema educacional em todos os níveis e no aprendizado ao longo de toda a vida. O artigo 28 aborda sobre o papel do poder público em criar e garantir um sistema educacional inclusivo. O artigo 30 trata dos processos seletivos e sobre a permanência nas instituições de ensino (Lei n. 13.146, 2015).

Ademais, a Lei n. 13.409 de 2016, a Lei de Inclusão na Educação superior, fala sobre a garantia de vagas para PcD (Lei n. 13.409, 2016).

Santos et al. (2024) evidenciaram o avanço da legislação no Brasil em assegurar os direitos educacionais das PcD, em especial no ensino superior. Entretanto, ainda há desafios que requerem atenção e contínuas ações. A implementação de medidas eficazes para propiciar o acesso pleno ainda não se realizou por completo, mostrando que há lacunas entre a legislação e a realidade das PcD. A desigualdade no acesso ao sistema educacional ainda é agravada por fatores demográficos, socioeconômicos, além do despreparo dos docentes (Santos et al., 2024).

No ensino superior, ainda há barreiras como acessibilidade física inadequada, falta de materiais adaptados e preconceito, o que prejudica as interações e perpetua estereótipos. Os autores destacam a necessidade de conscientização e da realização de práticas inclusivas pelas instituições de ensino e da sociedade como um todo (Santos et al., 2024)

Em relação aos direitos das PcD no mercado de trabalho, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) destacou no artigo 70, inciso XXXI, que veda atos discriminatórios no que diz respeito aos salários e aos critérios para a admissão de PcD, garantindo a igualdade de oportunidade e impedindo privilégios de alguns em detrimento do prejuízo de outros.

A Lei n. 8.213 de 1991, a lei de Cotas para PcD, que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social, determina que as PcD ocupem de 2% a 5% do quadro de colaboradores de uma empresa que tenha 100 ou mais funcionários (Lei n. 8.213, 1991). Fialho et al. (2017) apontam que uma lei de cotas não é suficiente para que paradigmas sejam quebrados, ainda há preconceitos e falta de informação sobre deficiência. Apesar do arcabouço legal relativo às PcD, as empresas escolhem o indivíduo que possui uma deficiência com menor limitação.

Apesar do arcabouço legal relativo às PcD, Rocha, Alonso e Silva (2025) apontam que a inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho continua sendo desafiadora, dado que ainda há barreiras tanto na esfera organizacional quanto pessoal. As PcD continuam enfrentando várias desvantagens e o mercado continua oferecendo oportunidades limitadas, dificultando o desenvolvimento social delas.

O estudo de Souza et al. (2019) expõe que muitas empresas não enxergam “vantagens” ao empregar uma pessoa com deficiência, pois, por próprio erro das organizações, as PcD possuem uma situação de trabalho em que não conseguem desenvolver totalmente suas capacidades, devido a presença de recursos físicos inadequados, a falta de capacitação e treinamento, a baixa participação na tomada de decisão e a falta de *feedback* sobre seu trabalho.

A inclusão de PcD em uma organização é um trabalho de aprendizado, pois o profissional de gestão de pessoas precisa inserir as PcD de uma forma adaptável às necessidades das mesmas; incentivando e acompanhando periodicamente seu desenvolvimento pessoal e profissional (Souza et al., 2019).

A necessidade de pensar em proteção para pessoas com deficiência, surge não somente nas questões sociais, tais como, igualdade e garantia de direitos, mas também implica num conceito mais amplo que não fique apenas no aspecto jurídico, para não correr o risco de haver um retrocesso na proteção das PcD (Fialho et al., 2017).

2.3. Estudos bibliométricos anteriores com foco em PcD

O estudo de Medrado e Passos (2024) teve objetivo de identificar as dificuldades que as pessoas com deficiência encontram no mercado de trabalho, tendo como referência os artigos científicos disponibilizados na base de dados Google Acadêmico, redigidos em língua portuguesa, e publicados no Brasil, no período de 2011 a 2021. O estudo foi descritivo e bibliométrico. Foram selecionados 15 artigos, analisados através de quatro categorias: características gerais dos estudos; autoria; metodologia e os desafios vivenciados pelas PcD. Os artigos mostraram que, mesmo com as leis em prol das PcD e das ações para promover inclusão, ainda há preconceito, barreiras sociais e a necessidade de conscientização. O volume de produção teve variações. Os artigos buscavam entender as dificuldades das PcD no mercado de trabalho. A maioria dos artigos, seis no total, eram totalmente escritos por mulheres. Quanto a metodologia, 78% dos trabalhos eram qualitativos. Em relação aos desafios enfrentados pelas PcD foram preconceito, desafios para a qualificação profissional e inacessibilidade. Os autores concluíram que houve evolução na inclusão de PcD no mercado de trabalho, mas as barreiras ainda são consideráveis.

O estudo de Shahidi-Hamedani et al. (2024) teve o objetivo de oferecer uma análise bibliométrica do número de publicações que abordam o impacto potencial da Inteligência Artificial (IA) em Pessoas com deficiência e seu futuro emprego. A pesquisa usou a Scopus como base de dados, examinando publicações de 1973 a maio de 2024, utilizando como termos de busca *Disability*, *Employment* e *Future Workforce*. Foram selecionados 203 artigos. Para análise dos dados foram utilizados o Microsoft Excel, o BiblioMagika, a OpenRefine e o VOSviewer (versão 1.6.18). Os resultados apresentaram a distribuição das publicações por tipo de documento, por tipo de fonte, por idioma, por áreas temáticas, sendo "Ciência da Computação" líder com 27,58% do total de publicações, Ciências Sociais (19,70%), Engenharia (15,27%), Matemática (13,30%) e Psicologia (5,92%). Houve variações da quantidade de publicações ao longo dos anos, com picos em 2010, 2013 e 2021. O autor mais produtivo foi Burgstahler, S. da Universidade de Washington, nos EUA, com dois artigos e um total de 59 citações. Foram encontradas 247 palavras-chave, as quais mostraram que a pesquisa sobre deficiência, acessibilidade e tecnologia cresceu, mostrando as tendências mais recentes, como "aprendizado de máquina" e "inclusão digital". Os Estados Unidos tiveram destaque, com total de 60 publicações, depois o Reino Unido com 22, Espanha e Canadá com 16, Austrália com 14, Alemanha com 10, Federação Russa com nove, Portugal com oito, Grécia e Itália com sete. A fonte mais ativa foi a *ACM International Conference Proceeding Series*. O artigo mais citado foi "Empowering children with ADHD learning disabilities with the Kinems Kinect learning games" de Retalis et al. (2014). A conclusão foi que, à medida que a Sociedade 5.0 evolui, os avanços em IA têm o potencial de empoderar significativamente as PcD, aumentando a inclusão.

O estudo de Kumari e Lenka (2025) ao avaliar a literatura sobre inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, teve objetivo de identificar os autores, artigos,

periódicos, países e a evolução temática mais relevantes. A pesquisa seguiu o diagrama de fluxo PRISMA para fazer a análise bibliométrica. O banco de dados utilizado foi a Scopus, sendo recuperados 109 documentos publicados entre 1996 a 2022. Os periódicos que tiveram destaque foram *'Equality, Diversity, and Inclusion'* com oito artigos, *'Journal of Applied Research in Intellectual Disability'* com cinco, e *'International Journal of Disability Management'* com quatro. A maioria dos artigos foram publicados após 2015. Boehm S. A. é o autor com o maior número de documentos, quatro no total. Os EUA tiveram a maior publicação, 76 no total. Depois a Austrália com 30, o Reino Unido com 24, a Espanha com 13 e a Índia com 11. O Brasil teve quatro publicações. Os temas dominantes foram práticas de inclusão de pessoas com deficiência; Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Deficiência Intelectual no Emprego; PcD na Índia e Discriminação de gênero. As conclusões revelaram que a maior parte das pesquisas foi realizada em países desenvolvidos e entre os subdesenvolvidos a Índia apresentou o maior número de publicações, revelando que o interesse dos pesquisadores na inclusão de PcD no ambiente de trabalho está aumentando.

O estudo de Wider et al. (2025) teve os seguintes objetivos: (1) Identificar as tendências atuais na literatura sobre educação inclusiva para alunos com deficiência, empregando o acoplamento bibliográfico, (2) Prever trajetórias futuras e possíveis tendências de pesquisa na literatura sobre educação inclusiva para alunos com deficiência usando análise de co-palavras. Os métodos foram bibliometria, Acoplamento bibliográfico e Análise de co-palavras. A base de dados utilizada foi a Web of Science (WoS). Os autores buscaram trabalhos publicados desde a gênese do banco de dados até 23 de julho de 2023. Os termos de busca foram *'inclusive education'* OR *'Accommodat*'* e *'disabilit*'* OR *'disabled'* OR *'impair*'* OR *'handicap*'* OR *'special education'* OR *'special needs*'* OR *'deaf'* OR *'hard of hearing*'* OR *'hearing disorder'* OR *'blind'* OR *'low vision'* OR *'mute'* OR *'speech impediment'* OR *'speech disorder'*. O tipo de documento foi artigo acadêmico, escrito em inglês. As áreas foram Educação e Pesquisa Educacional. Foram selecionados 2.078 artigos e para análise dos dados foi utilizado o software VOSviewer, versão 1.6.18. Apesar do início das pesquisas ser em 1974, progressos significativos só foram alcançados em 1990. A quantidade de publicações aumentou exponencialmente desde então. A publicação que possui maior número de citações foi de Ruijs e Peetsma (2009) com 186 citações. Quanto a análise de acoplamento bibliográfico, foram formados oito clusters. Em relação, a análise de co-ocorrência de palavras-chave, foram formados quatro clusters. A palavra-chave mais utilizada foi *"Inclusive education"*. Depois, os termos *"Disabilities"* e *"Students"*. O estudo aponta que o tema da educação inclusiva para alunos com deficiência está crescendo, mas também reforça a necessidade de mais pesquisas qualitativas e multidisciplinares que preencham lacunas nas áreas de educação, psicologia, sociologia e estudos sobre deficiência.

3. Materiais e Métodos

Essa pesquisa classifica-se como descritiva e bibliométrica, uma vez que se busca mapear e analisar a produção de teses e dissertações sobre Pessoas com Deficiências (PcD), elaboradas nos programas de pós-graduação de Ciências Contábeis e Administração da Região Sudeste do Brasil.

Os estudos foram obtidos por meio de consultas no portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e nos portais dos programas de Pós-Graduação de Administração e Ciências Contábeis, listados na plataforma Sucupira CAPES em outubro de 2025.

Na plataforma Sucupira CAPES foi buscado os programas em Cursos avaliados e reconhecidos. Em seguida, foi utilizado os seguintes filtros: Região: Sudeste; Grande área de

conhecimento: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS; Área de avaliação: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO; Situação: EM FUNCIONAMENTO. Após a busca, foram encontrados 81 programas. Deles, foram desconsiderados três, que eram cursos da área de Turismo, restando 78 programas no total.

As consultas foram realizadas por meio da combinação de 10 termos de busca: “ciências contábeis”, “contabilidade”, “administração”, “pessoas com deficiência”, “deficiência”, “PCD”, “portador de deficiência”, “aluno com deficiência”, “deficiente”, “inclusão”, como apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Combinações de termos de pesquisa

#	PARÂMETRO 1	PARÂMETRO 2	#	PARÂMETRO 1	PARÂMETRO 2
BUSCA 1	Contabilidade	Pessoas com deficiência	BUSCA 12	Administração	Aluno com deficiência
BUSCA 2	Contabilidade	Deficiência	BUSCA 13	Administração	Deficiente
BUSCA 3	Contabilidade	PCD	BUSCA 14	Administração	Inclusão
BUSCA 4	Contabilidade	Portador de deficiência	BUSCA 15	Ciências Contábeis	Pessoas com deficiência
BUSCA 5	Contabilidade	Aluno com deficiência	BUSCA 16	Ciências Contábeis	Deficiência
BUSCA 6	Contabilidade	Deficiente	BUSCA 17	Ciências Contábeis	PCD
BUSCA 7	Contabilidade	Inclusão	BUSCA 18	Ciências Contábeis	Portador de deficiência
BUSCA 8	Administração	Pessoas com deficiência	BUSCA 19	Ciências Contábeis	Aluno com deficiência
BUSCA 9	Administração	Deficiência	BUSCA 20	Ciências Contábeis	Deficiente
BUSCA 10	Administração	PCD	BUSCA 21	Ciências Contábeis	Inclusão
BUSCA 11	Administração	Portador de deficiência			

Fonte: Elaboração própria.

As buscas ocorreram no período de 15 de setembro a 15 de outubro de 2025, tanto nos portais de cada IES, como na BDTD. Ao todo foram encontrados 123 estudos nas buscas nos portais das IESs.

Após a conclusão das buscas nos portais das IES, foi realizada a busca no portal da BDTD (2025). Para busca avançada, adotou-se o filtro de seleção do termo de pesquisa nos títulos, resumos e palavras-chave dos documentos, resultando em 199 documentos. Na etapa seguinte foram removidos 119 estudos duplicados, restando 80 teses e dissertações encontradas no portal da BDTD. Logo em seguida, foram confrontados os estudos encontrados nos portais de cada IES e os encontrados na plataforma da BDTD. Excluindo os documentos em duplicidade, restaram 126 estudos, sendo estes, portanto, os documentos da base bibliométrica desse artigo.

De início, foram lidos os títulos, resumos e palavras-chave para verificar a adequação do estudo ao objetivo proposto nesse artigo. Caso este procedimento tenha sido considerado insuficiente, foi feita a leitura do documento completo para a correta classificação. Os resultados foram estruturados em um banco de dados a partir da utilização do *Microsoft Excel*, tendo como base, título, autor, programa, IES, Estado, Orientador, Coorientador, Ano e o Tipo de estudo (Tese ou Dissertação) e Categorias Temáticas dos estudos.

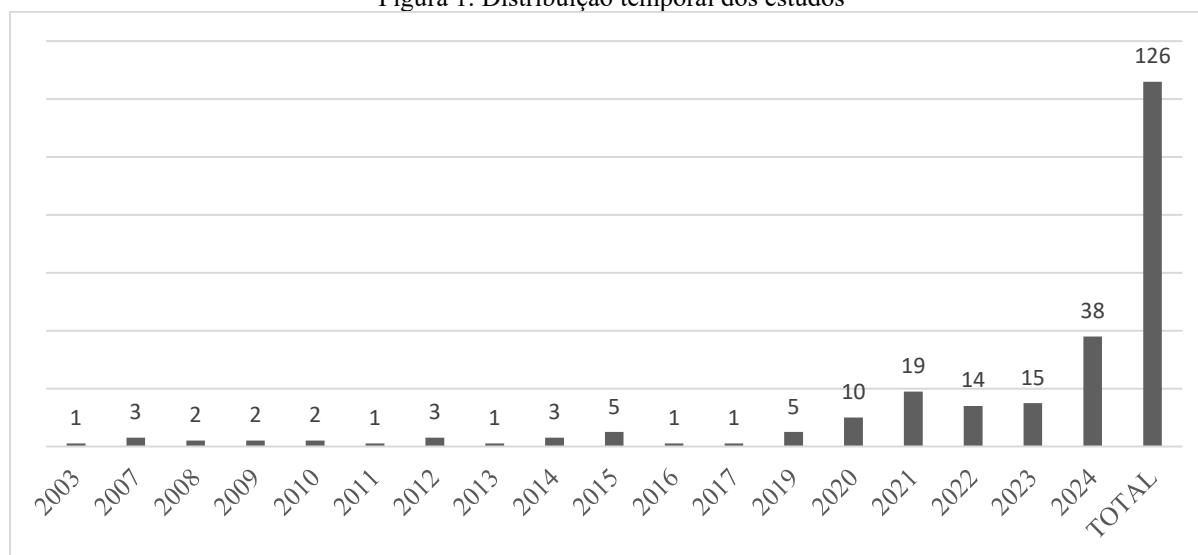
4. Resultados

Através da pesquisa foram obtidos 126 estudos, sendo oito Teses e 118 Dissertações. Esses estudos foram organizados de acordo com a quantidade de publicações por ano, quantidade por estado, quantidade por IES, quantidade por programa, quantidade de orientações e palavras-chave.

4.1. Distribuição temporal e espacial das Dissertações e Teses

Quanto a distribuição temporal, a Figura 1 apresenta a quantidade de estudos por ano.

Figura 1. Distribuição temporal dos estudos



Fonte: Elaboração própria.

Conforme a Figura 1, o ano de 2003 foi o primeiro ano de publicação de um estudo com tema sobre PcD. Pode se observar que o número de publicações se manteve pequeno até 2019. Depois, começou a crescer a quantidade de estudos, sendo 2024 o ano com maior número de publicações. Observa-se também que nos anos de 2004, 2005, 2006 e 2018 não houve publicações relativas ao tema.

Este resultado está alinhado com o resultado do estudo de Wider et al. (2025), que apontou que a quantidade de publicações aumentou ao longo dos anos. O resultado também está alinhado com o do estudo de Kumari e Lenka (2025) que concluiu que o interesse do pesquisador na inclusão de PcD está aumentando. E o resultado está na contramão do estudo de Shahidi-Hamedani et al. (2024), que demonstrou que houve variações da quantidade de publicações ao longo dos anos.

No que se refere a distribuição espacial, a Tabela 1 mostra a quantidade de publicações por estado.

Tabela 1. Distribuição espacial das publicações

ESTADO	SIGLA	RESULTADOS
ESPÍRITO SANTO	ES	16
MINAS GERAIS	MG	37
RIO DE JANEIRO	RJ	32
SÃO PAULO	SP	41
TOTAL		126

Fonte: Elaboração própria.

Como mostrado na Tabela 1, dentre os quatro estados da região Sudeste, São Paulo teve destaque com 41 estudos.

4.2. Distribuição das Dissertações e Teses por IES

Em relação a distribuição dos estudos por IES, a Tabela 2 apresenta essa informação.

Tabela 2. Distribuição dos estudos por IES

INSTITUIÇÃO DE DEFESA	SIGLA	RESULTADO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS	CEFET-MG	3
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL INACIANA	FEI	2
CENTRO UNIVERSITÁRIO FECAP	UNIFECAP	1
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES	UNIHORIZONTES	7
ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING	ESPM	3
FUCAPE ES	FUCAPE ES	11
FUMEC	FUMEC	1
FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO	FECAP	2
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS	FGV RJ	16
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS	FGV SP	17
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO	FJP	2
FUNDAÇÃO PEDRO LEOPOLDO	FPL	2
INSPER INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA	INSPER	1
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PUC_MINAS	4
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	PUC_SP	1
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	PUC_RIO	4
UNIGRANRIO	UNIGRANRIO	2
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	3
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UFLA	7
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	5
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	5
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	5
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UFVJM	1
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	2
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	2
UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL	USCS	1
UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	UNINOVE	1
UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	MACKENZIE	9
TOTAL		126

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Tabela 2, pode-se verificar que a IES mais profícua é a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, que possui 17 publicações, correspondente a 13,5% dos estudos. Outras duas IES que se destacam são a FGV do Rio de Janeiro e a FUCAPE ES, com respectivamente 16 e 11 estudos publicados.

Em relação aos programas das teses e dissertações, 109 foram de programas de Administração/ Administração Pública/Gestão/Comportamento do Consumidor, sete foram de programas de Ciências Contábeis/ Contabilidade/Controladoria e 10 foram de programas de Ciências Contábeis/Administração. Observa-se que a maioria das publicações foram de programas da área administrativa.

4.3. Orientadores com mais orientações

Quanto a quantidade de orientações, as professoras Monica Zaidan Gomes e Simone Costa Nunes tiveram mais orientações. Ambas orientaram quatro discentes, sendo destaques no desenvolvimento de pesquisas sobre PcD. Os professores André Pimenta Freire, Darcy Mitiko Mori Hanashiro, Fernanda Versiani de Rezende, Lilian Bambirra de Assis, Monica Carvalho Cappelle e Sérgio Augusto Pereira Bastos orientaram três discentes. E os professores Aline Brêtas de Menezes, Ana Heloísa da Costa Lemos, Anderson de Souza Sant'anna, Janette Brunstein, Jésus de Lisboa Gomes, Maria Ester de Freitas, Ricardo Carneiro, Roberto da Costa Pimenta, Sérgio Eduardo de Pinho Velho Wandelely e Sylvania Neris Nossa orientaram dois discentes. Os outros orientadores orientaram um discente.

4.4. Distribuição dos estudos de acordo com o tema e nuvem de palavras

No que se refere a distribuição por tema, a Tabela 3 evidencia os assuntos mais trabalhados nas publicações que compõem a base de dados desta pesquisa. Cada estudo foi classificado em até duas categorias de análise.

Tabela 3. Distribuição dos estudos por assunto

TEMA	RESULTADOS
AÇÕES AFIRMATIVAS	2
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR	6
DEFICIÊNCIA AUDITIVA	5
DEFICIÊNCIA FÍSICA	3
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	1
DEFICIÊNCIA VISUAL	8
DIVERSIDADE	24
SÍNDROME DE DOWN	1
EDUCAÇÃO	44
ESPORTE	3
INSTITUIÇÃO BENEFICIENTE	1
LEGISLAÇÃO	5
NEURODIVERGENTES	5
POLÍTICAS PÚBLICAS	17
SERVIÇO PÚBLICO	12
SERVIÇOS DE E-GOV	2
TECNOLOGIA ASSISTIVA	6
TRABALHO	46

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado na Tabela 3, o assunto mais abordado diretamente nas publicações foi ‘trabalho’, cobrindo questões como facilitadores da inclusão de PcD nas organizações, dinâmica identitária das PcD no âmbito organizacional, condições de trabalho e qualidade de vida das PcD, estratégias, políticas e práticas de RH e desenvolvimento de competências. O tema ‘educação’ também teve destaque trazendo discussões sobre acessibilidade e inclusão no âmbito escolar. Ademais, o tema ‘diversidade’ foi bastante abordado, evidenciando que a deficiência é só uma das muitas características que o ser humano possui, e que as PcD fazem parte de um grupo heterogêneo com diferentes experiências e necessidades.

Este resultado vai ao encontro do estudo de Kumari e Lenka (2025) que apontou que um dos temas dominantes foi PcD no Emprego.

Quanto a nuvem de palavras, a Figura 2 mostra as palavras-chave dos estudos.

Figura 2. Nuvem de Palavras-chave



Fonte: Elaboração própria com auxílio do Tagul - Word Cloud Art.

Para a construção da nuvem de palavras foram utilizadas as 581 palavras-chave indicadas nas publicações. As palavras “Inclusão”, “Diversidade”, “Acessibilidade”, “Trabalho” e “Mercado de trabalho” recebem destaque nas Teses e Dissertações, em que por muitas vezes a inclusão no meio organizacional foi debatida, evidenciando a importância da temática na vida das PcD, que precisam ser integradas, exercendo seus direitos e deveres, além da inclusão na educação e na sociedade em geral. Este resultado difere do estudo de Wider et al. (2025) que evidenciou que as palavras-chaves mais utilizadas estavam ligadas a educação inclusiva.

Observa-se que as ações afirmativas ocupam a posição central da nuvem, reforçando a relevância de políticas públicas e privadas para combater as desigualdades sociais, promovendo a igualdade de oportunidades. Os termos adaptabilidade e acessibilidade destacam a necessidade de as organizações promoverem adaptações necessárias nos ambientes físicos e digitais para a efetiva inclusão das PcD. Por último, a ocorrência dos termos atitudes e atitudes sociais estão relacionados a principal barreira enfrentada pelas PcD: a barreira atitudinal.

5. Conclusão

Este estudo objetivou responder à pergunta: Quais são as teses e dissertações em Contabilidade e Administração, publicadas no Sudeste do Brasil, acerca do tema ‘Pessoas com

Deficiência’? Dessa maneira, mapearam-se as publicações de teses e dissertações no Sudeste do Brasil através do portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, e nos sites de cada IES listadas pelo portal da SUCUPIRA CAPES.

A base bibliométrica dessa presente pesquisa é composta por 126 estudos, envolvendo oito Teses e 118 Dissertações. Esse resultado revela um número significativo de publicações, evidenciando a relevância do tema. 2024 foi o ano com mais publicações. Foram 41 estudos publicados em São Paulo, destacando-se dos outros estados da região Sudeste. A Fundação Getúlio Vargas de São Paulo com maior número de publicações, 17 no total. Programas de administração tiveram mais estudos. As professoras Simone Costa Nunes e Monica Zaidan Gomes tiveram mais orientações, as duas orientaram quatro discentes.

No que se refere aos temas e as palavras-chave das teses e dissertações, “Trabalho” é a categoria que sobressai, evidenciando a preocupação dos pesquisadores com a inclusão das PcD no meio laboral. Os estudos reforçam que é preciso dar mais oportunidades às PcD, considerando suas competências e as adaptações que as organizações precisam realizar para assegurar uma verdadeira inclusão.

Recomenda-se a adesão a novas estratégias que auxiliem na inclusão das PcD, seja no âmbito social ou no organizacional. O investimento em tecnologias assistivas, em meios de acessibilidade, profissionalização de professores especializados e preparados para a formação das PcD, pode ser um movimento importante na inclusão social das pessoas, pois agregaria na qualidade de vida e possibilitaria a igualdade de direitos das PcD. As ações afirmativas também se destacam como meio de favorecer a inclusão das PcD.

A principal limitação do presente estudo decorre da quantidade de termos de consulta utilizados nas buscas nos portais. Nos estudos futuros propõe-se a utilização de outras combinações de termos de busca. Sugere-se também pesquisas de produções científicas de outros estados brasileiros, de modo a construir um quadro mais completo da produção de teses e dissertações sobre PcD em contabilidade e administração no Brasil.

Referências

- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. (2025). *Website*. Recuperado em 15 setembro, 2025 de <https://bdtd.ibict.br/vufind/>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília, DF. Recuperado em 17 setembro, 2025 de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Fialho, C. B., Melo, A. N., Nunes, A. F. P. & Gai, M. J. P. (2017). Inclusão de pessoas com deficiência no ambiente organizacional: Responsabilidade social ou obrigação legal? *Revista de Carreira Pessoas*, 7(3), 43-63. DOI: 10.20503/recape.v7i3.32725.
- Foresti, T. & Bousfield, A. B. da S. (2022). A compreensão da deficiência a partir das teorias dos modelos médico e social. *Rev. psicol. polít. [online]*, 22(55), 654-667. Recuperado em 17 setembro, 2025 de https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2022000300010.
- Global Disability Summit (2025). *The Global Disability Inclusion Report: Accelerating disability inclusion in a diverse and changing world*. Recuperado em 19 de outubro, 2025 de https://www.globaldisabilitysummit.org/wp-content/uploads/2025/03/GIP03351-UNICEF-GDIR-Full-report_Proof-4.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2025). *Censo Demográfico 2022 Pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista: Resultados*

- preliminares da amostra*. Recuperado em 12 setembro, 2025 de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102178.pdf>
- Kumari, N. & Lenka, U. (2025). Supporting the Differently-Abled: Bibliometric Review of Two Decades of Research on Disability Inclusion in the Workplace. *International Journal Of Disability, Development and Education*, 1-24. <https://doi.org/10.1080/1034912X.2025.2482688>.
- Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 (2015). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. Recuperado em 17 setembro, 2025 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.
- Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016 (2016). Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF. Recuperado em 17 setembro, 2025 de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm.
- Lei n. 8.213 de 24 de julho de 1991 (1991). Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 23 janeiro, 2023 de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm.
- Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Recuperado em 17 setembro, 2025 de http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm.
- Medrado, S. E. A., & Passos, J. C. (2024). Dificuldades das pessoas com deficiência (PCD's) no mercado de trabalho: um estudo com enfoque bibliométrico. *Revista Foco*, 17(8), e6023. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n8-145>.
- Ministério da Saúde. (2025). *Saúde da Pessoa com Deficiência*. Recuperado em 17 de setembro de 2025 de <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia>
- Morais, I. de A., Resende, M. C. de, Merchan-Hamann, E. & Pereira, E. L. (2024). Modelo biopsicossocial na avaliação da deficiência: deficiência não é um código da CID. *Ciência & Saúde Coletiva*, 30(8). DOI: 10.1590/1413-81232025308.02462024
- Mota, P. H. dos S. & Bousquat, A. (2022). Deficiência: palavras, modelos e exclusão. *Saúde em Debate*, 45(130), 847–860. DOI: 10.1590/0103-1104202113021.
- Rocha, T. de O., Alonso, C. M. do C. & Silva, T. N. R. da. (2025). Frontline inclusion Workers' perceptions of employment barriers for people with disabilities in Brazil: Advancing inclusion to leave no one behind. *Applied Ergonomics*, 129, 104584. <https://doi.org/10.1016/j.apergo.2025.104584>.
- Santos, E. R. V., Leitão, S., Silva, N. L. C. de A., Garcês, L. M., Dias, C. J. M., Ferreira, A. C., Ribeiro, R. M., Mostarda, C. T., Dias Filho, C. A. A., & Soares Junior, N. de J. S. (2024). Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior do Brasil. *Revista Acervo Educacional*, 6, e16992. <https://doi.org/10.25248/rae.e16992.2024>
- Shahidi-Hamedani, S., Aboudahr, S., Nadi, F., binti Abdul Rahman, SY & Naghavipour, H. (2024). Artificial Intelligence and Empowerment of People with Disabilities in Society 5.0: Trends and Insights from a Bibliometric Analysis. *Journal of Information Technology Management*, 16 (4), 142-161. doi: 10.22059/jitm.2024.99262
- Souza, A. A. A. de., Palhares, J. V., Santos, T. L. B. & Rosa, M. E. A. (2019). Empresa inclusiva? Uma análise comparativa entre os discursos de trabalhadores com deficiência e os gestores de uma empresa cooperativa. *Revista Gestão e Planejamento*, 20(1), 218-238. DOI: 10.21714/2178-8030gep.v20.5688.

- Spinieli, A. L. P. (2024). Os déficits protetivos do Paradigma Social das Pessoas com Deficiência: Rumo à emergência do modelo de Direitos Humanos. *Sociedade em Debate*, 30(1), 1-14. DOI: <https://doi.org/10.47208/sd.v30i1.3354>.
- Sucupira CAPES. (2025). *Website*. Recuperado em 10 outubro, 2025 de https://sucupira-v2.capes.gov.br/#busca_avaliados_reconhecidos.
- Wider, W., Tanucan, J. C. M., Tee, M., Jiang, L., Udang, L. N., Fauzi, M. A., Hassanh, V. & Muna, F. (2025). Research trends in inclusive education for students with disabilities: a bibliometric analysis. *International Journal of Inclusive Education*, 1-25. <https://doi.org/10.1080/13603116.2025.2495819>.
- World Health Organization. (2023). *Disability*. Recuperado em 17 setembro, 2025 de https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/disability-and-health?utm_source=chatgpt.com

ⁱ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.